

ESCOLAS VIGIADAS: a utilização de câmeras nas escolas públicas do Estado de São Paulo, o caso de Tupã SP. Suelen Amanda Rodrigues, Luís Antônio Francisco de Souza. – Inter-áreas – sociologia – Ciências Sociais - Departamento de Sociologia e Antropologia - Faculdade de Filosofia e Ciências – Campus de Marília.

Já faz algum tempo que conquistas eletrônicas passaram a fazer parte do cotidiano de pessoas comuns e são inevitáveis os benefícios que trazem à humanidade facilitando o dia-a-dia das pessoas. Vivemos afinal numa sociedade de capitalismo avançado na qual a tecnologia é parte integrante do cotidiano em suas mais diferentes perspectivas. Deve-se ressaltar a presença cada vez maior das tecnologias de comunicação e de informação. Em que pese seu aspecto utilitário e suas potencialidades em termos da facilitação de acesso a diferentes serviços públicos, a tecnologia sempre vem carregada de efeitos adversos. Em outros termos, a tecnologia não é utilizada apenas para divertir ou ajudar nas atividades diárias, mas, muitos desses avanços podem exercer influência na vida privada e na intimidade das pessoas.¹ Parece que as câmeras de vigilância, entre outras formas de controles eletrônicos tocam no centro dessa discussão. Afinal, a câmera que promove a sensação de segurança é a também a câmera que invade a privacidade.

Na última década, houve um aumento expressivo na venda e utilização de *webcams*, e outros dispositivos de vigilância que facilitam a observação e popularização de imagem, som e informação, assim a visibilidade torna-se o ardil onde os indivíduos estão/são sujeitos, a capacidade de *fazer ver e ser visto* (Bourdieu, 1997). Para muitos, a utilização de câmeras na maior parte das vezes tira do cidadão o direito que assegura o resguardo de sua intimidade e vida privada, porém, isso muitas vezes ocorre com o consentimento da pessoa para um exibicionismo-voyeurismo na internet ou de programas televisivos dedicados a espiar a intimidade de pessoas comuns (Machado, 1993). Entretanto, a utilização de câmeras, tornou-se muito mais freqüente, pois surge como algo que possibilita manter a segurança pessoal e material numa época de aumento da criminalidade e descrédito da população frente às instituições encarregadas de manter a ordem e controlar conflitos (Cubas, 2005). Os que utilizam estes mecanismos se vêem beneficiados, pois acreditam que a segurança privada corresponde as suas expectativas e, desta forma, cria-se um sistema de justiça privada que pode atuar de forma legal e extralegal, o que representa uma preocupação do ponto de vista dos Direitos Humanos (Paixão, 1991).

Segundo Caldeira (2000), o Brasil tem uma democracia disjuntiva que é marcada pela deslegitimação dos direitos civis, em que o corpo é incircunscrito e manipulável. A elaboração do preconceito na fala do crime, o apoio a medidas privadas e ilegais para lidar com o crime, a criação de enclaves fortificados, mudanças no espaço público caminha contra a expansão dos direitos civis dos cidadãos. Grades, muros altos, condomínios fechados, espaços – privados ou públicos – com proteção eletrônica são exemplos dessa sociedade de espaços segregados, que possuem o objetivo de afastar os indesejados em resposta ao medo do crime (Caldeira, 2000). Não é difícil encontrar esses mecanismos no ambiente urbano. O sistema interno de tevês, por exemplo, encontra-se por toda parte: nos corredores de supermercado, de hospitais, de prédios residenciais, de escolas; no interior dos elevadores de edifícios; nas casas, nas ruas, nos parques, nas avenidas e túneis das capitais ou em cidades interioranas; nas rodovias e nos pedágios; apresentam-se de formas mais sutis quando colocadas em relógios, ursinhos de pelúcia, entre outros lugares para que o patrão vigie os seus funcionários, ou para os pais vigiarem, por exemplo, a babá de seus filhos tendo-se por trás normalmente a justificativa de obter segurança e controle da ordem. Paradoxalmente, a sociedade que utiliza as câmeras para se divertir com a banalidade do cotidiano, como nos programas de *reality show*, é a mesma que as emprega em sistemas de vigilância, que são legitimados pela própria sociedade, que faz o observador passar a condição de observado, ou de espectador a espetáculo. Assim, na sociedade da vigilância não há possibilidade de escolha: “todos espreitam e são ao mesmo tempo espreitados nas relações sociais” (MACHADO, A. 1993, 47).

¹ É importante definir que pela Constituição Brasileira de 1988 fica reconhecido expressamente que *vida privada* e *intimidade* como duas tipificações distintas que integram a categoria dos direitos da personalidade. No artigo 5º, inciso X da Constituição diz: *são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurando o direito à indenização pelo dano material o moral decorrente de sua violação.*

O tema da sociedade vigiada é notório em Foucault, que falando da sociedade disciplinar discute o panóptico como modalidade exemplar do poder. No século XIX, Jeremy Bentham projetou um célebre modelo de prisão cujo princípio é baseado na construção de um prédio em forma de anel, com uma torre central ocupada por um vigia. A construção é dividida em celas com duas janelas cada uma, uma para o interior (correspondente à torre) outra para o exterior que permite a vazão da luz de um lado a outro da cela tornando os detentos visíveis àqueles que os vigiam. A recíproca não ocorre porque o prisioneiro só pode enxergar a torre central, sem ter conhecimento da sentinela que pode (ou não) estar fazendo a vigia daquele prisioneiro. O efeito mais relevante do panóptico é a indução no detento, ou qualquer outro a ser vigiado, de um “estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder” (Foucault, 2006:166).

O exercício do poder puro no panóptico supõe uma organização particular do espaço sendo possível em limites onde todas as partes são igualmente acessíveis àquele que inspeciona, ou seja, é um espaço artificial construído com o propósito de reajustar o ambiente devido à carência visual, deixando o espaço transparente para que possibilite a supervisão (Claval, 1979). Atualmente, alguns autores têm revisitado este dispositivo para pensar a sociedade atual, perguntando se vivemos numa sociedade pós-panóptica, devido não só ao uso de câmeras de vigilância, mas porque os cartões de créditos e os *cookies* da internet criam um banco de dados em que nossos corpos são fisgados pelas redes de um super-panóptico (*apud* Bauman, 1999).

A utilização dos dispositivos eletrônicos de vigilância na sociedade atual nada tem a ver com a paródia de George Orwell de uma sociedade oprimida pelo regime totalitário do Grande Irmão (FOX, 2001), mas provavelmente tem a ver com o crescimento da violência no mundo que, nas últimas décadas, tem alimentado um sentimento de desproteção material e institucional (CUBAS, 2005). Cria-se assim, uma indústria cujo mercado é alimentado pelo sentimento de insegurança – fictício ou não – que se espalha entre as pessoas, devido ao grande sensacionalismo com que os casos de violência são tratados pela mídia, que normalmente frisa a incapacidade dos aparelhos de Estado em combaterem a criminalidade. Tudo isso contribui para o crescimento deste recente mercado, ficando desnecessário dizer que toda a gama de aparelhos eletrônicos constitui fonte de grande lucro.

Em sua análise, Viviane Cubas (2005) observa que a sociedade brasileira, ao longo da história, foi marcada por relações orientadas por interesses particulares, que ainda mostram-se presentes como uma característica fundamental. Desta forma, o monopólio da violência física nunca esteve totalmente nas mãos do Estado, e que a atual expansão das empresas de segurança privada no país pode representar uma característica tradicional desta sociedade no tocante a segurança pública. O crescimento das taxas de crime e sua percepção pela sociedade na mediada em que elas saíram da periferia passando a atingir a classe média e alta, que com medo de serem mais uma vítima, e crendo viverem num estado hobbesiano, na luta de *todos contra todos*, adotam soluções individuais (CUBAS, 2005). Ter segurança – ou sentir-se seguro – passa a ficar nas mãos de quem pode pagar por ela, e como Caldeira (2000) aponta algumas medidas não são tomadas apenas para proteção, mas também por *status*, o que a autora denomina de *estética da segurança*. Nessa direção, Bauman (1999), por exemplo, aponta que a preocupação contemporânea concentra-se em inimigos presentes na própria comunidade assim, vários mecanismos são longamente utilizados pela população que a fim de se prevenir contra possíveis riscos segregam os espaços da cidade. Neste contexto, passou-se a adotar mecanismos que prometem ser mais eficientes e infalíveis que um ou inúmeros vigias no combate a criminalidade.

Usando como justificativa o crescimento da violência, do vandalismo e das depredações dos prédios escolares, que recentemente chamam a atenção da mídia, o governo do estado de São Paulo, na gestão de Geraldo Alckmin (PSDB) desenvolveu um Plano de Segurança Para as Escolas. O plano previa parceria entre a Secretaria da Educação e a Secretaria de Segurança Pública do Estado. O governo afirmou na ocasião que a medida não possuía interesse eleitoral, pois o policiamento nas escolas havia sido intensificado desde o início do governo. Entretanto, somente quando assume o governo em 2001, depois da morte de Covas, que se falou sobre a compra de equipamentos de segurança para as escolas e somente cinco meses antes das eleições em 2002 que Alckmin anunciou o pacote completo para a segurança nas escolas.

Segundo as notícias dos jornais, o projeto previa a instalação de equipamentos de segurança em escolas da capital e do interior do Estado de São Paulo. As primeiras escolas a receber a verba para compra de tais mecanismos seriam escolhidas de acordo com o levantamento feito pelos diretores

regionais de ensino, sendo prevista a extensão deste programa para as demais escolas nos anos subseqüentes, com a justificativa de manter a ordem e garantir maior segurança na rede pública de ensino.

Áurea Maria Guimarães (1985) observou uma aproximação da arquitetura dos prédios escolares brasileiros com o panóptico de Bentham: “(...) as salas de aula e a área administrativa se distribuem de outra forma, mas a vigilância é constante sendo exercida por diretores, professores, inspetores de aluno e outros funcionários (...) existem alguns prédios que chegam a se assemelhar a presídios ao apresentarem altos muros, protegidos com fileiras de arame farpado ou cacos de vidro, grades de proteção nas janelas e fechamento das áreas de circulação dentro do prédio” (Guimarães, 1985: 40). Atualmente, com o uso da vigilância eletrônica, em especial as câmeras de vigilância que no governo de Geraldo Alckmin passaram a ser adotadas nas escolas públicas, a relação com o panóptico parece bem mais estreita na medida em que a coerção exercida pelo olho eletrônico procura inibir qualquer delito, falta, infração ou transgressão às normas estabelecidas. Assim, não é mais necessário recorrer à força para que o aluno siga suas obrigações, o essencial é que este, como o detento, saiba-se vigiado, seja fixado a um sistema normalizador e punido.

Os aparelhos de vigilância possibilitam manter a segurança pessoal e, no caso das escolas, pretendem combater a criminalidade e as violências vividas dentro desses espaços e em seus arredores. A compra de câmeras de vídeo para escolas públicas privilegiou as escolas do Estado de São Paulo que supostamente estavam mais vulneráveis às violências. Tupã, cidade que teve escolas beneficiadas com tal projeto, aparentemente, não pode ser considerada particularmente violenta. A cidade fica na alta paulista, área conhecida como Planalto Ocidental Paulista, entre os divisores de água conhecido com “espigão paulista”, de fundamental importância para o início do povoamento da cidade e da região. Foi através desses divisores de águas que foram estendidos os trilhos da antiga companhia paulista de estrada de ferro que em 1941 foi inaugurada na cidade e que incentivou a agricultura e pecuária, o que hoje é a base da economia da cidade (Montes, 2004). Segundo o último censo do IBGE a cidade possui 65.842 habitantes, e no jornal municipal dificilmente, ou raramente, aparece alguma notícia de violência ocorrida na cidade.

A Escola Estadual Joaquim Abarca foi uma das escolas da cidade a receber, logo no início do Projeto, verba para a compra desse aparato de segurança. Essa escola é uma das mais antigas e importantes da cidade e tem sua redondeza formada por residências de classe média e alta. Ao longo dos anos, a escola não sofreu grandes mudanças em sua arquitetura. Na verdade apenas ocorreram adaptações como a colocação de uma grade em volta da escola, separando a calçada do jardim. Muitas janelas receberam grades. Além disso, houve a colocação de novos portões, e as portas de acesso à escola passaram a ser trancadas com travas automáticas ou com cadeados e correntes. No seu interior vários portões que limitam a circulação dos alunos a determinados lugares como a secretaria da escola e a sala dos professores. As portas de salas como da biblioteca ou de vídeo receberam uma segunda porta de ferro que é trancada com cadeado. Tais medidas, entretanto, não impedem a depredação e a pichação de muros e paredes tanto no interior quanto no exterior da escola. Dessa forma, nos perguntamos quais as razões para o dispêndio de recursos públicos como dispositivos de vigilância já que esta escola aparentemente não é um lugar que abriga violência? Outros mecanismos como reforço policial, rondas escolares e as ações dos professores não seriam suficientes para manter a ordem? Ou será que esta escola teve que implantar tais mecanismos devido a números estatísticos previstos no projeto de Alckmin? Ou ainda, esta escola de fato abriga violências não conhecidas pelo público?

Pela leitura de *Vigiar e Punir* vê-se que a observação constante e a aplicação de penalidades servem muito mais para distinguir indivíduos entre os que são ou não normais do que acabar com infratores. Será que a utilização das câmeras, neste caso, está fazendo o papel de reforçar estereótipos presentes na escola – como bons e maus alunos – ou de fato atuam na proteção da criminalidade que se alastrou por toda sociedade?

Há poucos estudos sobre a utilização dos sistemas de vigilância e a limitação da liberdade causada por esses mecanismos e nenhum que aborde isso dentro das escolas na tentativa de verificar se eles realmente constituem um sistema de combate à criminalidade e as bases legais para sua utilização já que a Constituição Brasileira garante o direito à vida privada e a intimidade e que a lei 8.069 de 13 de julho de 1990 que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) contém dispositivos em defesa da intimidade. Por essa razão, torna-se de extrema importância conhecer como estes mecanismos funcionam no cotidiano das escolas como forma de compreender o seu impacto nas

relações entre os adolescentes e entre estes e os demais atores da escola, na medida em que as câmeras filmam o cotidiano escolar de forma indistinta.

Referências Bibliográficas:

BAUMAN, Zygmund. *Globalização: as conseqüências humanas*. Tradução: Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

BOURDIEU, P. *Sobre a televisão*. Tradução: Maria Lucia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. Tradução: Frank de Oliveira e Henrique Monteiro. São Paulo: Ed. 34 /Edusp, 2000.

CLAVAL, P. *Espaço e Poder*. Tradução: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1979.

CUBAS, Viviane. *Segurança Pública: a expansão dos serviços de proteção e vigilância em São Paulo*. São Paulo: Associação Editorial Humanistas: FAPESP: 2005

FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Editora Vozes, 31ª edição: 2006.

FOX, Richard. *Someone to watch over us: back to the Panopticon?* Criminal Justice:2001, vol. 1 (3): 251-276.

GUIMARÃES, Áurea M. *Vigilância, punição e depredação escolar*. Campinas, SP: Papirus, 1985.

MACHADO, A. *Maquina e Imaginário: o desafio das poéticas tecnológicas*. São Paulo: EDUSC, 1993.

MONTES, Arlino V. MORENO, Elizabeth M. NAKAYAMA, Iara B. SCHELINI, Joana M. V. GUTIERRES, José C. *Tupã: depoimentos de uma cidade*. Tupã, SP: Gráfica e Editora Multi-Gráfica, 2004.

PAIXÃO, Antônio L. "Segurança privada, direitos humanos e democracia". *Novos Estudos*, (31): 131-141, Cebrap, São Paulo, 1991.